

**TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
(COMPRAS)**

**IFSP – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SALTO**

**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 20-364/2019
(Processo Administrativo n.º 23313.001672.2019-22)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de consumo eletroeletrônicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÕES	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MAXIMO ACEITAVEL R\$ (UNITÁRIO)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$ (TOTAL)
1	Sensor de Umidade do Solo Higrômetro: Tensão de Operação: 3,3-5v; Sensibilidade ajustável via potenciômetro; Led indicador para tensão; Led indicador para saída digital; Comparador LM393; Dimensões da placa: 30mm x 15 mm; Dimensões do sensor: 60mm x 20 mm; Comprimento do Cabo: 210 mm.	196910	20	UNIDADE	12,07	241,40
2	Sensor de umidade e temperatura dht11 digital inteiramente calibrado e de alta precisão	196910	20	UNIDADE	9,28	185,60
3	Ferro de solda com tensão de alimentação 127V potência 40W	18465	15	UNIDADE	26,32	394,80
4	Diodo emissor luz (LED), Material cristal líquido, Cor: Vermelho; Tamanho: 5 mm; Tensão: 2.0 ~ 2.21V; Corrente: 25mA; Intensidade luminosa: 1000 MCD; Vida útil : 50,000 Horas; Ângulo de abertura: 120º graus	257775	1.000	UNIDADE	0,09	90,00

5	Diodo emissor luz (LED), Material cristal líquido, Cor: Amarelo; Tamanho: 5 mm; Tensão: 2.0 ~ 2.21V; Corrente: 20mA; Intensidade luminosa: 1000 MCD; Vida útil : 50,000 Horas; Ângulo de abertura: 120º graus.	257771	1.000	UNIDADE	0,21	210,00
6	Diodo emissor luz (LED), Material cristal líquido, Cor: Verde; Tamanho: 5 mm; Tensão: 2.0 ~ 2.21V; Corrente: 25mA; Intensidade luminosa: 1000 MCD; Vida útil : 50,000 Horas; Ângulo de abertura: 120º graus.	257774	1.000	UNIDADE	0,14	140,00
7	Diodo emissor luz (LED), Material cristal líquido, Cor: Azul; Tamanho: 5 mm; Tensão: 3.0 ~ 3.21V; Corrente: 25mA; Intensidade luminosa: 1000 MCD; Vida útil : 50,000 Horas; Ângulo de abertura: 120º graus.	269113	500	UNIDADE	0,26	260,00
8	FUSIVEL DE VIDRO 6A 5X20MM 250V	124	100	UNIDADE	0,15	15,00
9	FUSIVEL DE VIDRO 3A 5X20MM 250V	124	100	UNIDADE	0,17	17,00
10	FUSIVEL DE VIDRO 200MA 5X20MM 250V	124	300	UNIDADE	0,43	129,00
11	Fusível de vidro 400mA 20mm x 5mm 250V	124	100	UNIDADE	0,16	16,00
12	Conector Barra Pino Fêmea PCI 1X40 - MCI 2,54mm 180 graus	442550	20	UNIDADE	2,16	43,20
13	Protoboard com 1680 furos, com bornes de Alimentação: 3 - Va, Vb e Zero, Dimensões da Placa: 215 x 130 x 1,5mm	282451	8	UNIDADE	57,25	458,00
14	Rele 5VDC. 3 terminais proporcionando 1 contato NA, 1 NF e o Comum. Contato do relé permite tensão até 220VAC a 10ADimensões:15mm x 19mm x 15mm	58505	20	UNIDADE	2,43	48,60

15	Módulo Relé - Tensão de operação: 5V DC (VCC e GND) - Tensão de sinal: TTL - 5V DC (IN) - Corrente típica de operação: 15~20mA - O relé possui contato NA e NF - Capacidade do relé: 30 V DC e 10A ou 250V AC e 10A - Tempo de resposta: 5~10ms - Indicador LED de funcionamento - Dimensões: 43mm (L) x 17mm (C) x 19mm (H)	442417	50	UNIDADE	8,56	428,00
16	Diodo 1n4007 - Corrente: 1A; - Tensão Reversa: 1000V; - Encapsulamento DO-41.	257568	300	UNIDADE	0,06	18,00
17	Cabo conversor USB / RS-232. Suporta a interface serial RS232 sendo capaz de transmitir taxas superiores a 1 Mbps. Comprimento do cabo 60 cm	383191	10	UNIDADE	35,68	356,80
18	Lupa com suporte e pinça HL-S10 - Aumento da lente: 3x - Diâmetro da lente: 60mm - Altura máxima: 200mm - Suporte com garras jacaré - Fácil ajuste de posições	441459	2	UNIDADE	118,49	236,98
19	Estação de solda Profissional- Alimentação 127V * Temperatura controlada e estabilizada * Ponta aterrada, sem parafusos (especial para SMD) * Resistência 24Vac * Visor: led indicador * Potência da estação: 60W * Temperatura Ajustável: 200 ~480°C. * Gabinete anti-eletrostática (ESD-SAFE). * Aprovada pelo Inmetro (ICBR OPC 0052) Peças de reposição * Até 6 modelos de ponteiros diferente para reposição * Resistência para reposição * Ferro completo para reposição	265677	2	UNIDADE	548,9	1.097,80

20	<p>Chave de Partida Soft Starter. Modelo SSW060010T2257PSZ, linha SSW06 (ou similar) - Para motores de até 3CV. - Corrente nominal 10A. - Alimentação trifásica 220V. - Controle das 3 fases do motor. - By-pass e Função SoftPLC incorporado. - IHM: Display duplo (LED e LCD). Instalada na porta do quadro de comandos. Com cabo de conexão de 1m. - Função Kick-Start para partidas de cargas com elevado atrito estático e Pump-control. - Proteção eletrônica do motor. - Relé térmico incorporado. - 06 entradas digitais (programáveis isoladas). - 03 saídas a relé com contatos NA, 240V, 1A, funções programáveis. - Parametrização através de PC (cabo de programação incluso)."</p>	455470	2	UNIDADE	2.246,00	4.492,00
----	--	--------	---	---------	----------	----------

21	<p>Módulo Bluetooth Low Energy - HC-08. Modelo: SH-HC-08- Alimentação: 3.6-6VDC. Nível de sinal: de 3.3V - Versão: Bluetooth Specification V4.0 BLE Frequência de trabalho: banda ISM de 2,4 GHz Alcance : 10 metros em área aberta Método de modulação: GFSK (Gaussian Frequency tecla Shift Keying). Potência RF: -23dbm , -6dbm , 0dBm , 6dBm</p> <p>Velocidade: assíncronos: 1-6k Bytes. Segurança: autenticação e criptografia. Potência: No modo de suspensão 60uA ~ 1.5mA. Temperatura de trabalho: -5 a ~65°C. Compatível com Arduino, Raspberry PI, ARM, AVR, PIC, etc. Compatível com modelos iPhone e iPad. Aceita modo Master e Slave. Permite troca de dados sem fio. Antena embutida.</p>	439760	10	UNIDADE	32,95	329,50
22	<p>Rele 12VDC. 3 terminais proporcionando 1 contato NA, 1 NF e o Comum. Contato do relé permite tensão até 220VAC a 10A Dimensões: 15mm x 19mm x 15mm</p>	58505	20	UNIDADE	2,86	57,20
23	<p>Resistor de filme de carbono, potência de 1/4W, 5% de tolerância, 2kohms de resistência elétrica nominal.</p>	44180	500	UNIDADE	0,02	10,00
24	<p>Botão de emergência tipo soco com trava (gira para destravar), cor vermelho, furo para fixação 22 mm Corpo Plástico, contato dois NF (Normalmente fechado), ruptura positiva dos contatos. Grau de Proteção: IP 40, tensão de Operação UE: 380V, Tensão de isolamento Ui: 660V, Corrente nominal Ie: 5A- Corrente Térmica Ith: 10A, resistência inicial de contato: <50mΩ.</p>	40975	6	UNIDADE	19,00	114,00

25	Jogo de chave de precisão tipo relojoeiro composto por chaves tipo fenda e ponta cruzada sendo quatro chaves tipo fenda com as seguintes medidas 1.4; 2; 2.4; 3mm e duas ponta cruzada sendo uma n°.0 e outra n°.1. A haste e corpo das chaves deve ser fabricada em aço cromo vanádio , deverá possuir cabeça giratória para facilitar o apoio e a utilização e também deverá acompanhar o estojo plástico de armazenagem das chaves.	434221	5	UNIDADE	55,50	277,50
26	Placa de Fenolite Cobreada Simples 15x30 cm para Circuito Impresso; Material: Fenolite; Dimensões (CxL): 15x30cm; Espessura: 1,5mm; Peso: 111g.	150309	10	UNIDADE	11,61	116,10
27	Estação de retrabalho para placas eletrônicas com canal de ar quente. Indicação de temperatura por display LCD com opção de grau Celsius. Temperatura máxima superior ou igual a 400 °C. Cabos anti-chamas (que não derretem com as temperaturas de operação da estação). Tensão de conexão à rede: 220 V, 60 Hz	88307	1	UNIDADE	1.000,00	1.000,00
28	Motor elétrico de indução monofásico, potência 1/4 cv, 110/220 v, 60 hz, standard, 3400 a 3550 rpm	21393	2	UNIDADE	590,00	1.180,00
29	Motor elétrico de indução trifásico, potência 1/2 cv, 2 pólos, 220/380v, 60hz	21393	4	UNIDADE	759,00	1.518,00
30	Manta Anti-estática para bancada, anti-chamas, na cor cinza. Dimensões: 1,20m x 1,0m	240637	10	UNIDADE	68,75	687,50

31	Motor de passo NEMA 23 15kgf.cm., modelo: AK23/15F6FN1.8, - Ângulo do passo: 1.8º; - Nº de passos: 200; - Enrolamento: espiras bifilares;	413984	10	UNIDADE	154,60	1.546,00
32	Ponteira cônica para ferro de solda 40 W: diâmetro da haste 4,8mm, ponta de cobre tratada de longa durabilidade Pacote com 4 unidades	71323	25	PACOTE	15,13	378,25
					Total Geral	16.092,23

1.2. O prazo de vigência da contratação é de doze meses ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos materiais dispostos no item 1.1 refere-se à necessidade de reposição nos laboratórios de elétrica/eletrônica que são de uso nas aulas e projetos atendendo aos cursos do ensino técnico integrado e concomitante e ao ensino superior.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na definição de “bens comuns”, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Rua Rio Branco, nº 1780 – Vila Teixeira, Salto/ SP, CEP 13320-271, no Almoxarifado.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: fabricante, modelo e prazo de garantia.
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.13. 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3.1. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 12.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 13.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 16.092,23 (dezesesseis mil, noventa e dois reais e vinte e três centavos).

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Gestão/Unidade: 158364 / 26439
Fonte: 8100000000
Programa de Trabalho: 12.363.2080.20RL.0035
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
PI: 108934

Salto/SP, 01 de novembro de 2019

Guilherme Marciano Gonçalves – TAI/SLT
Técnico de Laboratório